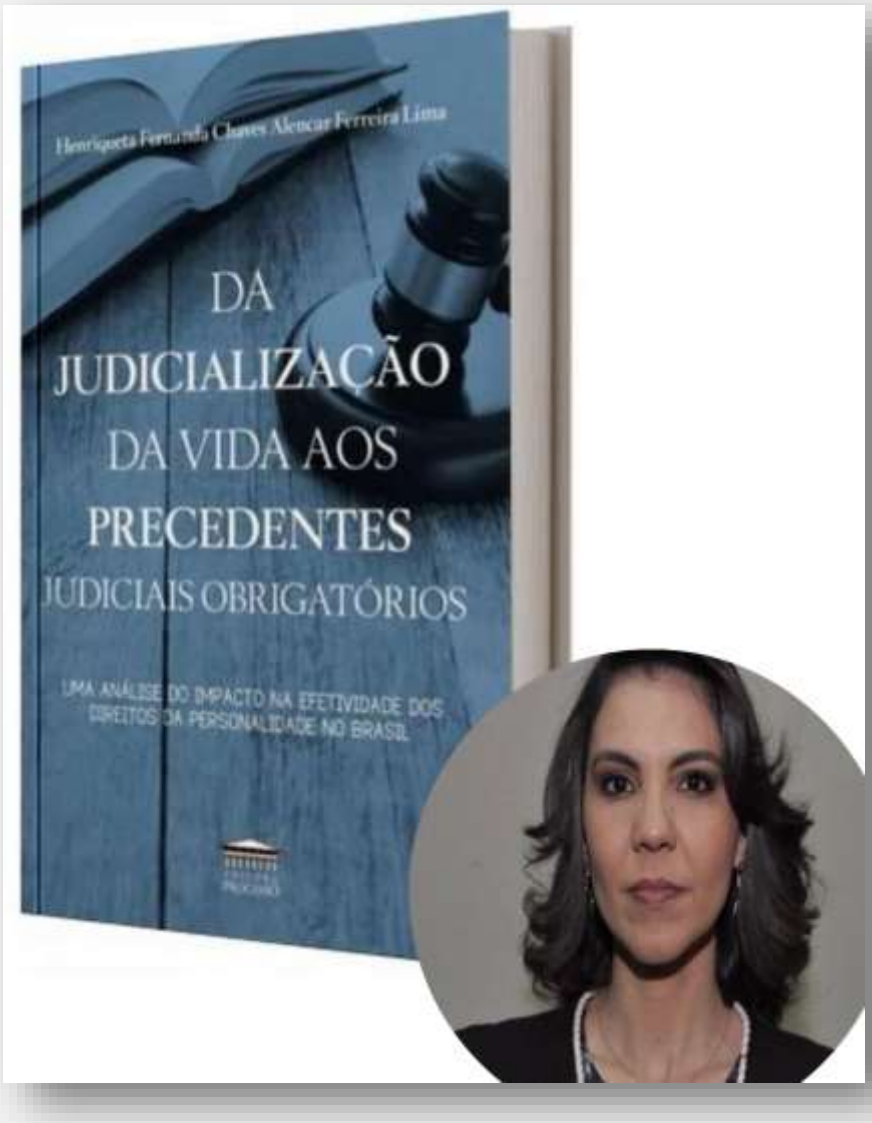
MESTRE PELO PPGCJ-MINTER LANÇA OBRA SOBRE DIREITOS DA PERSONALIDADE



A autora Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima, Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (MINTER-Cuiabá), foi orientanda do Prof. Dr. Dirceu Pereira Siqueira, desenvolveu sua pesquisa na Linha “Instrumentos de Efetivação dos Direitos da Personalidade” e publicou a obra "Da judicialização da vida aos precedentes judiciais obrigatórios: uma análise do impacto na efetividade dos direitos da personalidade no Brasil".

Para falar um pouquinho sobre esse trabalho, a Equipe do Boletim Informativo conversou com a Autora.

BOLETIM: A obra trata de assunto relativamente novo dentro do estudo dos direitos da personalidade, que são os precedentes obrigatórios no ambiente de trabalho. Como foi o processo de escolha do tema?

HENRIQUETA: *O processo de escolha do tema se deu ante a aproximação cada vez mais forte entre as "famílias" do “Common Law” e "Civil Law" no ordenamento jurídico brasileiro, que, com o CPC/15, sedimentou institutos daquela família nessa, tais como as técnicas de padronização decisória, com os precedentes judiciais. Nesse cenário, considerando a peculiaridade da natureza jurídica dos direitos da personalidade, cuja tutela da pessoa pelo simples fato de ser pessoa é imposta ao Direito, surgiram inquietações jurídicas em torno de como a padronização decisória poderia comprometer o olhar acurado, muitas vezes individualizado, do julgador, criando generalizações indevidas e injustas.*

BOLETIM: O que os leitores podem esperar da obra?

HENRIQUETA: *Aos leitores deste livro destaco o relevo de pesquisa acurada, produto de muita leitura nos mais abalizados doutrinadores, nacionais e estrangeiros, em torno do tema que problematiza o contexto atual de "judicialização da vida", parafraseando o Min. Luís Roberto Barroso, ao se referir ao fenômeno quantitativo e qualitativo de demandas judiciais no Brasil, como os direitos da personalidade - essenciais ao tratamento da pessoa em sua dignidade - podem ter sua efetividade impactada com os precedentes judiciais que, embora representem avanço legislativo à celeridade processual, à isonomia, à coerência e à integridade sistêmica, precisam de aprimoramento prático para não desembocar em engessamento da atuação do Poder Judiciário e no comprometimento com a justiça social.*

Gostou do assunto? Para adquirir o livro clique aqui

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS REMANESCENTES DAS TURMAS DE DOUTORADO

Já está disponível na página do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar (UNICESUMAR) o resultado do processo seletivo para preenchimento de vaga remanescente de Doutorado das turmas de 2022. Aprovada pelo Edital 21/2022, a Mestre em Ciências Jurídicas pela UniCesumar Karyta Muniz de Paiva Lessa é a nova Doutoranda do Programa e recebeu bolsa na Modalidade II – Taxa PROSUP/CAPES.

Confira o resultado do processo seletivo clique aqui

ALUNO EGRESSO

CAROLINE PREVIATO SOUZA

Professora;

Advogada;

Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UniCesumar);

Pós-graduada em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET);

Graduada no Curso de Direito (2012-2016) pela Universidade Cesumar (UniCesumar);

Pós-Graduada em Docência no Ensino Superior pela Universidade Cesumar (UniCesumar)

DEPOIMENTO:

“Ter feito Mestrado na Unicesumar me mostrou que sou ainda mais forte do que imaginava e me ensinou que a vida acadêmica vai muito além da sala de aula. Foram anos intensos, desafiadores e gratificantes ao lado de um orientador que me incentivava todos os dias a construir uma pesquisa de relevância profissional, mas com um olhar que pudesse enxergar a fundo o ser humano. Estudar e desenvolver minha dissertação sobre erro judiciário e as ofensas aos direitos da personalidade do inocentado me fizeram enxergar a vida com outros olhos e ter tido a oportunidade de validar minhas ideias com aqueles que estiveram por anos presos de forma injusta me deu mais certeza de que estava no caminho certo. Sou muito grata à Instituição, aos professores - em especial meu (sempre) orientador Gustavo Noronha de Ávila - e aos desafios que venci e que me fizeram crescer tanto na docência quanto na advocacia”.

EVENTOS

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL "200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E DA PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA"

Nos dias 16 a 19 de maio de 2022 o Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da Universidade de Lisboa – NELB reunirá grandes nomes do constitucionalismo internacional, em evento que se dedica a revisitar os temas que evocaram debates nos primeiros movimentos jurídico-constitucionalistas: soberania, representação política, formas de governo, poder moderador, liberalismo e direitos fundamentais.
Para mais informações, acesse:

Para saber mais informações, clique aqui

26ª JORNADA INTERNACIONAL DE DIREITO

A XXVI Jornada Internacional de Direito de 2022 será realizada em formato de colóquio jurídico, contando com cinco dias de duração e mais de 225 juristas convidados, nacionais e internacionais. O evento contará com duas fases, a primeira totalmente digital e gratuita, entre os dias 5 e 7 de julho, com 5 salas digitais de conferência, temas distintos e 15 palestrantes por dia. Já entre os dias 8 e 9 de julho, no Palácio do Festival de Cinema de Gramado, será realizada a tradicional conferência em formato presencial.

Para mais informações, clique aqui

III CONGRESO DE DERECHO TRANSNACIONAL (SALAMANCA)

O Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos e a Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca promovem o II Congreso de Derecho Transnacional (III CONDITRANS) nos dias 7 e 8 de julho de 2022, no formato presencial e online. O Congresso tem por objetivo fomentar de forma crítica, metodológica e dialética o debate jurídico-científico sobre temas que envolvem o conhecimento Iberoamericano.

Para saber mais informações, clique aqui

DOCENTE HOMENAGEADO

ALFONSO JAIME MARTÍNEZ LAZCANO

- Pós-Doutor internacional em "Novas Tecnologias e Direito", pelo Centro Internacional de Pesquisa em Direitos Humanos (MICHR), sediado na Universidade "Mediterránea", Departamento de Direito, Economia e Humanidades - Via Universitá, Cittadella Univesitaria, Reggio Calábria (Itália);
- Doutor em Direito Público;
- Mestre em Direito Constitucional e Amparo;
- Bacharel em Direito;
- Professor e Pesquisador da Universidad Autónoma de Chiapas;
- Presidente da Ordem dos Advogados da América Latina;
- Vice-Presidente de Pesquisa da Associação Mundial de Justiça Constitucional.

CHAMADA DE ARTIGO – OPORTUNIDADE DE PUBLICAÇÃO

REVISTA ANAMORPHOSIS – REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITO E LITERATURA (A2). Publicação científica eletrônica, semestral, multilíngue e de fluxo contínuo, vinculada à Rede Brasileira Direito e Literatura (RDL). Objetiva divulgar artigos nacionais e estrangeiros, originais e inéditos, oriundos de pesquisas voltadas à produção de um conhecimento interdisciplinar na área de estudos e investigações em Direito e Literatura. Os artigos/trabalhos inéditos serão publicados em português, com tradução em inglês, e em espanhol, inglês, francês, italiano e alemão, com tradução em português, devendo sempre passar pelo corpo de pareceristas que atua no sistema *double blind peer review*. Mais informações: clique aqui.

REVISTA QUAESTIO IURIS (Qualis B1). Publicação trimestral da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, que se destina a divulgar trabalhos de cunho acadêmico que versem sobre temas de Direito em suas diferentes áreas, como Teoria do Direito, Filosofia do Direito, Sociologia do Direito, Dogmática Jurídica, Ensino do Direito e História do Direito. Serão aceitos trabalhos que promovam o debate e a circulação de novidades teóricas, doutrinárias, jurisprudenciais e legislativas no âmbito do Direito, com ênfase no enfoque multidisciplinar dos institutos jurídicos. Mais informações: clique aqui.

REDP - REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PROCESSUAL – QUADRIMESTRAL (Qualis B1). Periódico quadrimestral voltado à divulgação artigos e outros trabalhos de cunho acadêmico que contribuam para a área de Direito Processual (civil, penal, trabalho, administrativo, internacional, tributário e comparado). A missão da REDP é contribuir para o permanente desenvolvimento do Direito Processual por meio da publicação eletrônica de artigos de alta qualidade, acompanhando a rápida e constante evolução do campo.
Mais informações: clique aqui

RDA - REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO (Qualis B1). Periodicidade quadrimestral. Produzida pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV Direito Rio). O periódico está vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Regulação da FGV Direito Rio - PPGD. Assim, além de manter a sua linha editorial tradicional, voltada à divulgação de ideias nas áreas de Direito Público e Teoria do Direito, também essenciais para uma compreensão ampla do fenômeno regulatório, a Revista publica artigos relacionados especificamente quanto às linhas de pesquisa do próprio Programa: Governança regulatória, Instituições e Justiça e Economia, Intervenção e Estratégias Regulatórias.
Mais informações: clique aqui.

ANIVERSARIANTES DO MÊS

Parabéns aos nossos aniversariantes do mês de Maio (Mestrandos/Doutorandos)

LEONAN ROBERTO DE FRANÇA PINTO	08/05
RODRIGO RÓGER SALDANHA	16/05
MARIANA MORENO DO AMARAL	20/05
GEISIELI MARIANY BONINI	23/05
LUÍS FERNANDO CENTURIÃO ARGONDIZO	27/05
BRUNA AGOSTINHO BARBOSA ALTOÉ	27/05
BEATRIZ CIABATARI SILVESTRINI TIEZZI D. SERIO DIAS	28/05

Coordenação
Dr. Dirceu Pereira Siqueira

Contato
(44) 3309 2634 / (44) 99161 0941
ppgcj@unicesumar.edu.br
Av. Guedner , n. 1610 Jardim Aclimação CEP 87.050 390 Maringá Paraná

Equipe Editorial
Juliana Luiza Mazaro
Lucimara Plaza Tena
Raíssa Arantes Tobbin
Suelen Maiara dos Santos Alécio

Conheça todos os cursos em unicesumar.edu.br
UniCesumar 30 ANOS